

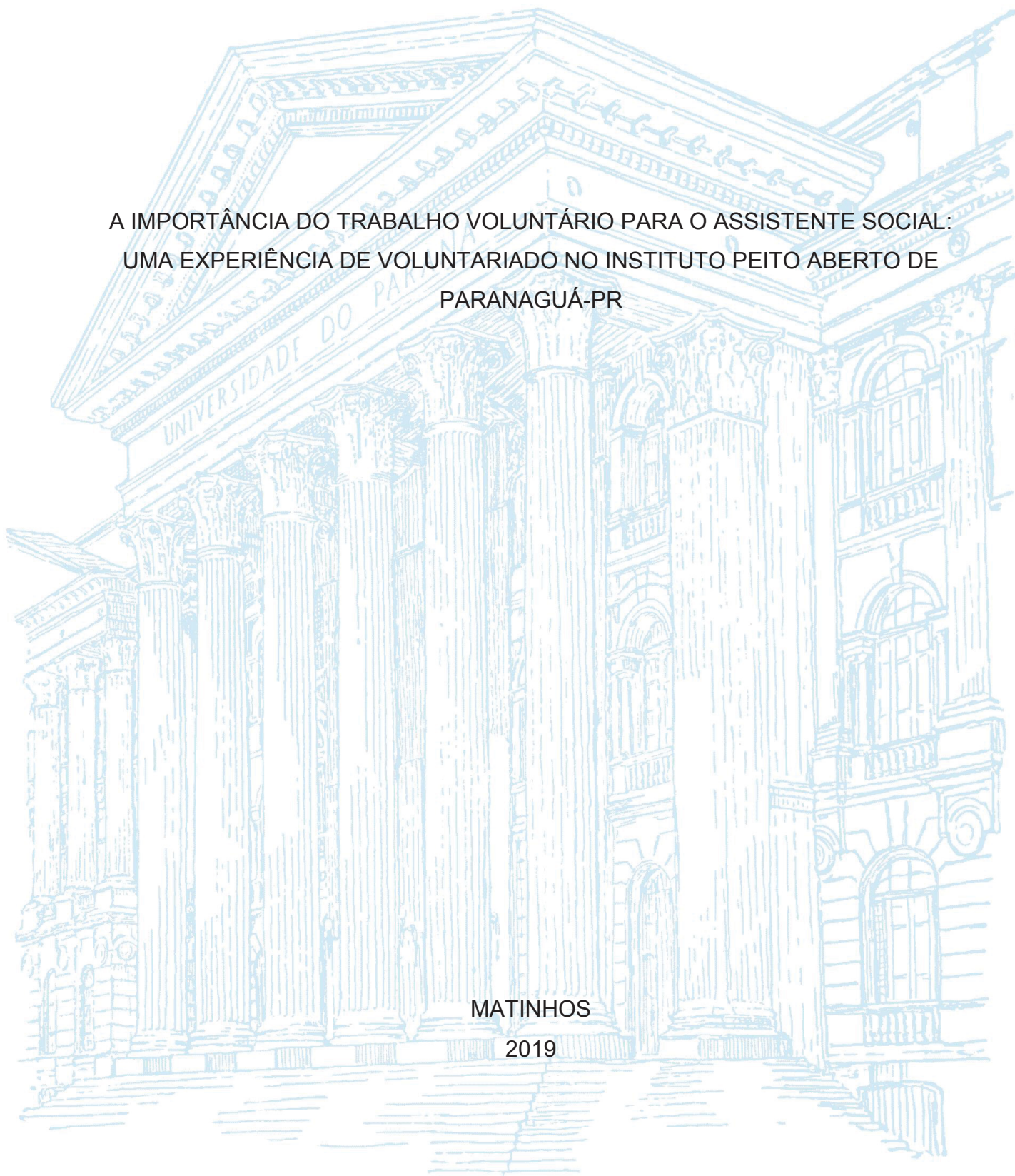
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

HIESA CRISTINA MATHIAS

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO VOLUNTÁRIO PARA O ASSISTENTE SOCIAL:
UMA EXPERIÊNCIA DE VOLUNTARIADO NO INSTITUTO PEITO ABERTO DE
PARANAGUÁ-PR

MATINHOS

2019



HIESA CRISTINA MATHIAS

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO VOLUNTÁRIO PARA O ASSISTENTE SOCIAL:
UMA EXPERIÊNCIA DE VOLUNTARIADO NO INSTITUTO PEITO ABERTO DE
PARANAGUÁ-PR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral.

Orientadora: Prof^a Dr^a Helena Midori Kashiwagi

MATINHOS

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
QUESTÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR



PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela orientadora Professora Dra. Helena Midori Kashiwagi, realizaram em 10 de agosto de 2019 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **Hiesa Cristina Mathias**, sob o título “A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO VOLUNTÁRIO PARA O ASSISTENTE SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA DE VOLUNTARIADO NO INSTITUTO PEITO ABERTO DE PARANAGUÁ - PR”, sendo quesito parcial para obtenção do Título de *Especialista no Curso de Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar*, pela Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, tendo recebido conceito “**APL**”.

Matinhos, 10 de agosto de 2019.


Dra. Helena Midori Kashiwagi
Professora Orientadora


Ms. Daniela Caetano Bianchini de Quadros
Professora Integrante


Esp. Jurema Odete de S. André Vidal
Professora Integrante


Hiesa Cristina Mathias
Estudante

Conceitos de aprovação
APL = Aprendizagem Plena
AS = Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação
APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
AI = Aprendizagem Insuficiente

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO VOLUNTÁRIO PARA O ASSISTENTE SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA DE VOLUNTARIADO NO INSTITUTO PEITO ABERTO DE PARANAGUÁ-PR

Hiesa Cristina Mathias

RESUMO

Este trabalho é um relato de vivência de uma experiência de voluntariado realizada no Instituto Peito Aberto de Paranaguá-PR. O objetivo consiste em analisar a importância do trabalho voluntário para o assistente social. O Instituto é uma entidade filantrópica que trabalha com o acolhimento e apoio às mulheres com o diagnóstico de câncer de mama. Os princípios deste Instituto são divulgar a prevenção contra o câncer, amparar pacientes em tratamento e suas famílias, promover workshops, eventos, palestras, cursos e trabalhos com diversos profissionais. Nesse contexto, observa-se que a saúde é compreendida como uma das expressões da questão social, na qual o papel do assistente social é sugerir uma intervenção profissional orientada para realizar o acolhimento de pacientes. Assim como, contribuir para a construção de uma análise reflexiva sobre as dificuldades de acesso aos serviços de assistência e saúde. O assistente social neste trabalho voluntário realiza, sob a concepção da interdisciplinaridade, os encaminhamentos à rede de serviços, com o propósito de efetivar os direitos e garantir a qualidade do atendimento ofertado. A metodologia de investigação deste relato de vivência estruturou-se por meio da abordagem qualitativa e pesquisa documental.

Palavras-chave: Voluntariado. Instituto Peito Aberto. Assistente Social. Questão Social.

ABSTRACT

This work is an experience report of a volunteer experience at the Open Chest Institute of Paranaguá-PR. The objective is to analyze the importance of volunteer work for the social worker. The Institute is a philanthropic entity that works with the host and support of women diagnosed with breast cancer. The principles of this Institute are to disseminate prevention against cancer, to support patients in treatment and their families, to promote workshops, events, lectures, courses and work with various professionals. In this context, it is observed that health is understood as one of the expressions of the social question, in which the role of the social worker is to suggest a professional intervention oriented to perform the patient care. As well as, contribute to the construction of a reflexive analysis about the difficulties of access to health and care services. The social worker in this voluntary work carries out, under the concept of interdisciplinarity, the referrals to the service network, with the purpose of effecting the rights and guaranteeing the quality of the service offered. The research methodology of this experience report was structured through the qualitative approach and documentary research.

Keywords: Volunteering. Open Chest Institute. Social Worker. Social issues.

1 INTRODUÇÃO

O presente relato de vivência tem como objetivo descrever a importância do trabalho voluntário para o assistente social, no Instituto Peito Aberto de Paranaguá-PR. Nesse contexto, observa-se que a saúde, é compreendida como uma das expressões da questão social, na qual o conceito de saúde adquire dimensões que vão além das causas biológicas da doença, ou seja, passa-se a considerar também as causas sociais, as quais se enraízam no curso da história da classe trabalhadora a partir dos reflexos do desenvolvimento da produção capitalista.

O Instituto Peito Aberto, localizado no município de Paranaguá, foi fundado em 2014 com a iniciativa de duas mulheres, Fabiana Parro (Diretora executiva) e Isabela Galvez (presidente), primas, ambas diagnosticadas na mesma época com câncer de mama, as quais durante o processo de tratamento da doença sentiram a necessidade de humanizar esse tratamento. Ambas perceberam a importância de dar suporte às mulheres e suas famílias, apresentando os relatos de outras mulheres para compartilhar as fases da doença.

Esse Instituto tem como objetivo acolher e apoiar a mulher com o diagnóstico de câncer de mama, além de divulgar a prevenção do câncer, amparando os pacientes em tratamento e suas famílias. Também tem como finalidade promover workshops, eventos, palestras e cursos, desenvolvendo ações sociais na defesa de direitos (embasados na Lei Orgânica da Assistência Social) e disponibilizando atividades e trabalhos com diversos profissionais voluntários, um deles o assistente social.

Atualmente, o trabalho voluntário é regulamentado pela Lei Federal 9.608/98, na qual estabelece que o voluntariado deve ser formalizado mediante termo de adesão entre a entidade e o prestador do serviço voluntário, para assegurar que o trabalho voluntário não gera vínculo empregatício e obrigação trabalhista. Sendo assim, para fundamentar esse relato de vivência foram abordados: As diferenças entre o voluntariado e o assistencialismo; A atuação do assistente social como voluntário; A importância do voluntariado para o assistente social, na vida profissional e pessoal; A experiência de conviver com pacientes e a equipe de voluntários do Instituto.

2 INSTITUTO PEITO ABERTO

O Instituto Peito Aberto está situado a rua Manoel Bonifácio, n. 622, 1º andar no centro histórico do município de Paranaguá-PR. Fundado em 06 de junho de 2014, trata-se de uma entidade filantrópica, de natureza civil, cultural e assistencial, sem fins lucrativos, regendo-se pelos ditames da Lei Federal 9.790/99. De acordo com o que estabelece o artigo primeiro:

Art. 1º Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

O objetivo principal do Instituto é o acolhimento e apoio às mulheres com o diagnóstico do câncer de mama e suas famílias, além da divulgação a prevenção do câncer, mostrando a fundamental importância dos exames preventivos, visto que a descoberta precoce é o melhor jeito de se preservar a vida. Atuam no Instituto mulheres que lutam contra o câncer de mama e transformam dor em amor ao próximo, desenvolvendo workshops, eventos, palestras e cursos. Muitas atividades que oportunizam o trabalho voluntário para profissionais de diversas áreas.

Em 2012, foi o ano em que as primas Fabiana Parro e Isabela Galvez foram diagnosticadas com câncer e após dois anos, em 2014, decidiram fundar o Instituto Peito Aberto. Para compreender o que desencadeou nessas duas mulheres a criação desse Instituto, é fundamental conhecer a história delas.

Fabiana Parro, diretora executiva do Instituto:

Fonoaudióloga, casada com o cirurgião Dr. Lucas Nitsche Rocha, mãe de Beatriz e Arthur, foi diagnosticada com câncer de mama triplo negativo aos 36 anos em setembro de 2012. Sua luta teve início em outubro onde realizou sua primeira cirurgia de mastectomia radical da mama direita. Logo após deu início às 16 sessões de quimioterapia e na sequência 25 sessões de radioterapia. Durante esses 6 meses de tratamento realizou mapeamento genético que constatou uma mutação no gene BRCA. Em decorrência do resultado do exame, realizou o procedimento de retirada da

mama esquerda, trompas e ovários. Ao longo do tratamento se sentiu fortalecida por estar dividindo essa fase de sua vida com sua prima Isabela, que passava pela mesma luta. Percebeu dessa forma a importância de ter alguém que entendesse exatamente o que ela estava passando. Foi assim que junto com Isabela idealizou o projeto do Instituto Peito Aberto. Hoje, atua a frente do Instituto Peito Aberto, lutando para que todas as mulheres tenham os mesmos direitos e qualidade de atendimento aos quais ela teve acesso (INSTITUTO PEITO ABERTO, 2019).

Isabela Galvez, presidente do Instituto:

É arquiteta de formação, especializada em patrimônio histórico; na época casada com André Gustavo, e mãe de Sofia, que na época estava com 6 anos; filha de Maria Lucia, que teve seu primeiro diagnóstico de câncer de mama aos 30 anos (1979), e outro aos 50 (1997), e o último aos 70 anos (2015). Pela história de sua mãe, fazia os exames periódicos anualmente, muito mais para tranquilizar sua mãe, que por ela mesma, pois tinha certeza que não teria câncer de mama, esta era uma das poucas certezas que tinha na vida. Em novembro de 2012, aos 38 anos foi diagnosticada com câncer de mama, e em janeiro de 2013 iniciou o tratamento, em São Paulo, distante de Fabiana, mas conectada pela tecnologia, se apoiando através de ligações de vídeo, se consolando e se divertindo com suas carecas e rostos sem cor. Após 8 sessões de quimioterapia e 4 cirurgias, da confirmação da mutação genética BRCA, ao lado de Fabiana, montou o Instituto Peito Aberto, tornando-se presidente do Instituto, com a intenção de ajudar as mulheres diagnosticadas com câncer de mama, mostrando que apenas um pouco, pode ser muito (INSTITUTO PEITO ABERTO, 2019).

Ao longo de 2013 fizeram o tratamento juntas e mais do que isso, fizeram também a pesquisa genética e ambas constataram que são mutadas geneticamente. Assim, ambas optaram por fazer todas as cirurgias preventivas, por mais difícil que isso pudesse ser. Surgiu então a ideia de compartilhar e apoiar outras mulheres com histórias de vidas semelhantes. Os trabalhos tiveram início em 2013, com palestras no mês de outubro e a formação do “Grupo de Peito Aberto”, posteriormente a essa data, surgiram outros projetos que começaram a ser criados e foram sendo executados. No dia 06 de junho de 2014 foi realizada a primeira assembleia geral de fundação do Instituto Peito Aberto e assim Fabiana Parro e Isabela Galvez se tornaram fundadoras do Instituto.

No Instituto, são realizados vários projetos e atendimentos a pacientes, como o “Projeto Alinhavando Vidas” formado pela oficina de costura, oficina de pintura, oficina de perucas, oficina de livros e banco de lenços. As perucas por exemplo, confeccionadas com cabelo natural, são doadas às pacientes, ficando a critério do paciente devolvê-las ou não. Outro projeto desenvolvido pelo Instituto é o “Projeto Saúde” que inclui aulas de dança, treino funcional, pilates, caminhada, corrida e ioga. O “Projeto de Acolhimento e Atendimento” é formado por profissionais

das áreas da Saúde, Direito e Serviço Social. Atualmente, uma equipe de 50 voluntários auxilia no desenvolvimento desses projetos, sendo alguns dos voluntários pacientes que já passaram pela doença. Várias empresas e profissionais contribuem com o Instituto, o que é de fundamental importância para sua manutenção além de continuar acolhendo cada vez mais um número maior de pacientes.

O SETTAPAR (Sindicato dos trabalhadores em transportes marítimos e fluviais, e empregados terrestres de empresas aquaviárias, agenciadoras marítimas e atividades afins no estado do Paraná) é um dos colaboradores, cedendo sem custo o espaço físico que atualmente é a Sede do Instituto. É um local que oportuniza oferecer um ambiente acolhedor às pacientes durante o tratamento do câncer de mama.

O Instituto também conta com outras parcerias como o “Projeto Amigos do Peito” que é composto por assistente social, psicóloga, nutricionista, dentista, mastologista, educador físico, fisioterapeuta, massoterapeuta e advogado que oferecem os seus serviços na própria sede do Instituto. Já o “Projeto Amigos do Instituto” é uma parceria com o comércio local para descontos em serviços e produtos à aqueles que efetuem uma doação anual em benefício do Instituto, ganhando de 10% a 30% de desconto no ato de suas compras através de um cartão fornecido pelo Projeto ao doador. O Instituto tem outros parceiros como na área de marketing, colaborando na divulgação do Instituto nos canais de mídia, para que acolher mais mulheres fragilizadas pela doença e aproximando também novos parceiros. O Instituto se mantém com doações financeiras, venda dos produtos artesanais confeccionados pelas voluntárias, camisetas personalizadas, cestas básicas doadas por empresas e doação em dinheiro, mensal, já debitada da conta de luz dos doadores cadastrados para tal.

Alguns profissionais atuam gratuitamente, outros com um valor menor do que cobriam por uma consulta. Os serviços gratuitos oferecidos no Instituto e a disponibilidade de profissionais são os seguintes: assistente social (um profissional), psicólogos (três profissionais), preparador físico (três profissionais) e fisioterapeuta (um profissional). Já os serviços cobrados são: médico (um profissional), dentista (um profissional), nutricionistas (dois profissionais) e advogados (dois profissionais). Alguns serviços são atendidos no próprio Instituto e outros nos consultórios e clínicas de atuação de cada profissional.

3 HISTÓRIA DA MAMA E O CANCÊR DE MAMA

Os seios trazem simbologias nas variadas culturas, são órgãos da amamentação e modelo de feminilidade, estão relacionadas a sexualidade e ao mesmo tempo ao afeto, isso desde a pré-história até os dias de hoje, pinturas e esculturas dão importância as mamas. Se mostrados publicamente, atraem o preconceito, podem demonstrar um abuso e isso independe se é para amamentar um bebê, em forma de protesto ou de marketing como elemento de sensualidade. Pouco se remete ao adoecimento da mama, sendo o câncer o diagnóstico mais comum (INCA, 2014).

Os primeiros registros sobre tumores nas mamas, foram pelos egípcios e gregos, o método utilizado para a doença era com mutilações e remédios que incluíam miolos de vaca e fezes de vespa. Pensava-se que o sangue menstrual subia às mamas e transformava em leite, originando os tumores ao encaroçar nos seios (INCA, 2014).

Antigamente médicos simplesmente removiam mamas doentes, fazendo só aumentar a dor e levando até a morte essas mulheres. No final do século XIX, com o surgimento de anestésias mais eficientes e da desinfecção, houve a possibilidade fazer a mastectomia radical, que removia toda a mama, musculatura peitoral e os linfonodos axilares e esse procedimento foi utilizado até a década de 1950, no momento em que técnicas cirúrgicas conservadoras que impediam mutilação das mulheres, passaram a ser usadas (INCA, 2014).

Mas afinal o que é câncer de mama? É uma doença decorrente da multiplicação de células anormais da mama, que forma um tumor com capacidade de envolver outros órgãos e não há uma única causa para a doença, além disso existe vários tipos de câncer mamário, sendo que alguns se desenvolvem rapidamente e outros não. Depois do câncer de pele, é o tipo mais comum e que causa mais mortes por câncer em mulheres.

No Brasil, sem considerar os tumores de pele não melanoma, é o tumor mais frequente nas mulheres, chegando a atingir 60.000 novas brasileiras em 2018, segundo estimativa do INCA (Instituto Nacional do Câncer), o que corresponde a quase 30% do total de todos os cânceres que acometem a mulher e quase 15.000 mortes (INSTITUTO PEITO ABERTO, 2019)

Um em cada três casos de câncer se descoberto no início, pode ser curado, porém, por receio ou desconhecimento as mulheres ao omitirem atrasam o diagnóstico. Não se pode ver a doença como uma condenação de morte ou algo incurável. Alguns tipos de câncer, como o de mama, por exemplo, indicam sintomas e sinais na fase inicial, podendo ser tratados a tempo, reduzindo a mortalidade com melhores resultados. Ser mulher e envelhecer são as principais razões que aumentam o risco, não havendo causa única (INCA, 2014).

Variam conforme as regiões geográficas do mundo, sendo alguns fatores que levam ao câncer como, condição socioeconômico, urbanização das cidades, etnia, condições reprodutivas, costumes alimentares, obesidade, idade, uso de hormônios, história familiar de câncer, cigarro, álcool, entre outros. Sinais e sintomas do câncer de mama determinantes são, o nódulo palpável, o encolhimento da pele da mama ou do mamilo, saída de corrimento pelo mamilo principalmente se for transparente ou com sangue, vermelhidão na pele, nódulos nas axilas e dor em alguns casos, quando inesperado e não tendo relação com ciclo menstrual ou uso de hormônios (Instituto Peito Aberto, 2019).

Apesar de ter aumentado os casos em mulheres jovens, a maioria dos casos são detectados em mulheres com idade de 45 a 60 anos, e com as mudanças no modo de vida das mulheres acredita-se que tem estimulado as disposições genéticas. Estudos correlacionam um maior consumo de proteína animal com vários tipos de câncer e o da mama é um deles. Segundo a ciência, apenas 10% desses tumores são hereditários podendo ser resultantes da família materna ou paterna (Instituto Peito Aberto, 2019).

Se aconselha que as mulheres façam exames de rotina, para detectar o câncer antes de se ter os sintomas, não deixando de observar ao próprio corpo. A mamografia é um desses exames, embora exista outras técnicas que auxiliam no diagnóstico e ajudam na programação do tratamento, como ultrassonografia mamária, ressonância nuclear magnética das mamas e os testes genéticos, a mamografia ainda sim é o único exame apto a reduzir a mortalidade, principalmente em mulheres entre 50 a 70 anos, justamente pelo diagnóstico precoce, sendo recomendado o exame a cada dois anos (Instituto Peito Aberto, 2019).

É possível diminuir o risco de câncer de mama, mantendo o peso corporal apropriado, praticando atividades físicas e evitando ingestão de bebidas alcoólicas, além da amamentação que é elemento de proteção. Já a terapia de reposição

hormonal aumenta o risco da doença, devendo ser realizada sob acompanhamento médico. O tratamento do câncer deve ser acompanhado por profissionais e em centros com capacitação adequada. (INCA, 2014).

O sistema de saúde deve garantir às mulheres (INCA, 2014, p.46):

- Informação atualizada e de fácil compreensão sobre o câncer de mama.
- Acesso à mamografia de qualidade.
- Diagnóstico de nódulo palpável da mama em até 60 dias.
- Início do tratamento em até 60 dias após o diagnóstico.
- Complementação do diagnóstico com avaliação do receptor hormonal.
- Tratamento em ambiente que acolha as expectativas e respeite a autonomia, a dignidade e a confidencialidade da mulher.
- Acompanhamento por equipe multidisciplinar especializada no tratamento hospitalar.
- Cuidados paliativos para o adequado controle dos sintomas e o suporte social, espiritual e psicológico.

Garantido também por Lei, a cirurgia de reconstrução mamária pelo SUS, em casos de mutilação resultantes do tratamento de câncer de mama, o prazo máximo de 60 dias para dar início ao tratamento de pacientes diagnosticados com câncer e o direito de todas as mulheres à mamografia a partir dos 40 anos. Além disso são direitos do paciente, a aposentadoria por invalidez, aposentadoria pelo INSS, auxílio doença – INSS, saque do FGTS, saque do PIS/PASEP, quitação de financiamento habitacional, prioridade na tramitação de processos, judiciais e administrativos, acesso gratuito a medicamentos e exames laboratoriais, na compra de veículos adaptados ou especiais a isenção do IPI, ICMS, IPVA, benefício de prestação continuada (LOAS) entre outros. São nesses direitos que o assistente social está inserido, justamente para garanti-los.

Um dos trabalhos do Instituto Peito Aberto é a prevenção, pois a detecção precoce auxilia a diminuir a mortalidade e ocasiona melhores resultados no tratamento.

4 POLITICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nessa pesquisa nos questionamos sobre qual seria o papel da saúde pública em relação a doença e os direitos de pacientes com câncer de mama. Entende-se que o assistente social, no contexto da saúde pública, está comprometido com a garantia desses direitos, com a orientação e

encaminhamentos, sendo estes alguns dos propósitos do trabalho voluntário no Instituto Peito Aberto.

Com o desenvolvimento da produção capitalista, surgem diferentes necessidades às classes menos privilegiadas, como, por exemplo, a saúde, considerada uma das expressões da questão social (CFESS, 2010).

O conceito de saúde contido na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.080/1990 ressalta as expressões da questão social, ao apontar que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (CF, 1988, artigo 196) e indicar como fatores determinantes e condicionantes da saúde, “entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País” (Lei nº 8.080/1990, artigo 3º). Essas expressões da questão social devem ser compreendidas, segundo Yamamoto (1982), como o conjunto das desigualdades da sociedade capitalista, que se expressam por meio das determinações econômicas, políticas e culturais que impactam as classes sociais (CFESS, 2010, p.39).

As desigualdades resultantes das situações sociais em que as pessoas vivem e trabalham influenciam na saúde, sendo a mesma um produto dessa soma de fatores citados acima, além do acesso aos serviços fundamentais (CFESS, 2010).

A Seguridade Social está contemplada na Constituição Federal, no capítulo “Da Ordem Social”, e é constituída pelo tripé Saúde, Assistência Social e Previdência Social. Esse capítulo é caracterizado como um dos mais significativos avanços da Constituição Federal de 1988, no que diz respeito à proteção social e atendimento às históricas exigências da classe trabalhadora. Em 1990, a Lei Orgânica da Saúde (LOS) regulamentou o Sistema Único de Saúde (SUS), que compõe a Seguridade Social e o Projeto de Reforma Sanitária.

Ao compreender o SUS como uma estratégia, o Projeto de Reforma Sanitária tem como base o Estado democrático de direito, responsável pelas políticas sociais e, conseqüentemente, pela saúde. Destacam-se como fundamentos dessa proposta a democratização do acesso; a universalização das ações; a melhoria da qualidade dos serviços, com a adoção de um novo modelo assistencial pautado na integralidade e equidade das ações; a democratização das informações e transparência no uso de recursos e ações do governo; a descentralização com controle social democrático; a interdisciplinaridade nas ações. Tem como premissa básica a defesa da “saúde como direito de todos e dever do Estado” (BRAVO, 1999; BRAVO; MATOS, 2001 apud CFESS, 2010, p.18).

A proposta do SUS visa o atendimento daqueles que não têm acesso ao sistema privado, garantindo o mínimo aos que não podem pagar e que antes não tinham direito. Ao assistente social ficou o desafio de desenvolver numa ação articulada com outros segmentos que apoiam o aprofundamento do SUS, a criação de métodos que procurem fortalecer os serviços de saúde cumprindo o direito social à saúde (CFESS, 2010).

Dentro da Política de Seguridade Social também temos a Assistência Social, que prevê os mínimos sociais, através de um conjunto completo, com ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento a essas necessidades básicas, o que propõe a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) na lei 8.742/93. “Para a efetivação da Assistência Social como política pública, contudo, é imprescindível sua integração e articulação à seguridade social e às demais políticas sociais” (CFESS, 2011, p.7). Assistência Social não pode ser vista somente como uma política de proteção social, mas deve unir seus serviços e benefícios aos direitos garantidos pelas políticas sociais

Fundamentado na LOAS, em especial no seu artigo 3º, o Instituto Peito Aberto constitui-se numa organização de assistência social, sem fins lucrativos, o qual presta atendimento e assessoramento aos seus beneficiários, atuando na defesa e garantia de seus direitos. Neste contexto legal, o Instituto tem como premissa o compromisso com suas pacientes em atendê-las com respeito, transparência e orientação (Estatuto Social do Instituto Peito Aberto, 2014).

5 VOLUNTARIADO E SUA IMPORTÂNCIA PARA O ASSISTENTE SOCIAL

Existem várias motivações para uma pessoa ser um voluntário. Muito além da atuação profissional ou simplesmente a experiência profissional, existe o ato de se doar de forma gratuita e despretensiosa. O voluntário busca abolir as diferenças e viabilizar oportunidades iguais a todos (SESC, 2007). Neste relato de vivência apresentamos a experiência do voluntariado e sua importância para o assistente social numa Instituição, sem fins lucrativos, trazendo à tona algumas reflexões.

Na sociedade atual o serviço voluntário é um modelo inovador de atuação de um cidadão, tendo em vista a capacidade de fazer a diferença no espaço em que vive ou simplesmente na vida de uma pessoa (SESC, 2007). Para atuar no serviço voluntário independe do grau de escolaridade, classe social ou religião, pois atuação

ocorre em diferentes áreas. O voluntariado oportuniza ao voluntário a vivenciar novas experiências, adquirir novos conhecimentos e conviver com todos os perfis de pessoas. Mas acima de tudo, a maior contribuição do serviço voluntário é colaborar por uma causa e de promover menos desigualdade. O voluntário é um sujeito social e agente de mudanças (SESC, 2007).

Mas qual é o conceito de voluntário? Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), “o voluntário é o jovem ou o adulto que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte de seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social ou outros campos...” (SESC, 2007, p.7). Para a Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e do Adolescente, o voluntário é um ator social e agente de transformação que presta serviços não remunerados em benefício da comunidade, doando seu tempo e conhecimento para ajudar outras pessoas e causas (SESC, 2007). Corroborando com a ONU e ABRINQ o Programa MESA BRASIL SESC considera o voluntário “aquele que doa seu tempo, serviço e talento em prol de uma causa em que acredita. Prestar um serviço voluntário não é uma atitude casual, deve ser realizado com consciência, responsabilidade e comprometimento...”. (SESC, 2007, p.15).

Nesse sentido, entendemos que o voluntário partindo do seu interesse, doa parte do seu tempo e de seus conhecimentos, sem remuneração, a atividades sociais, numa construção através da confiança e reciprocidade entre as pessoas. O serviço voluntário foi regulamentado pela Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 e é considerado como atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência inclusive de mutualidade.

Essa Lei determina que o serviço voluntário não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim. Deve ser exercido mediante a celebração de um Termo de Adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, no qual deve constar o objeto e as condições do seu serviço. A referida Lei também permite o reembolso de despesas feitas pelo voluntário, desde que comprovadas a realização no desempenho das atividades voluntárias e sejam aprovadas pelo coordenador (SESC, 2007, p.13).

Entretanto, a principal contribuição que a Lei do Voluntariado trouxe foi a determinação do estabelecimento emitir um Termo de Adesão, o qual deve ser assinado pelo voluntário e a instituição tomadora do serviço. A qualificação desse compromisso estabelece os direitos e responsabilidades do voluntário.

Segundo o Manual do Voluntário (SESC, 2007, p.11) todo voluntário tem direito a:

- Desempenhar uma tarefa que o valorize e seja um desafio para ampliar suas habilidades ou desenvolver outras;
- Obter uma descrição clara de suas tarefas e responsabilidades;
- Participar das decisões com relação ao seu trabalho;
- Contar com os recursos indispensáveis para o trabalho voluntário;
- Receber treinamento e supervisão para melhorar seu desempenho na tarefa que vai desenvolver, assim como a informação completa sobre a mesma;
- Respeitar os termos acordados, quanto à sua dedicação, tempo doado etc.;
- Receber reconhecimento e estímulo;
- Ter oportunidades para o melhor aproveitamento de suas capacidades recebendo tarefas e responsabilidades de acordo com os seus conhecimentos, experiência e interesse

Ainda nesse Manual do Voluntário (SESC, 2007, p.11) todo voluntário tem a responsabilidade de:

- Conhecer a instituição e/ou a comunidade onde presta serviços, a fim de trabalhar levando em conta essa realidade social;
- Conhecer as tarefas que lhe foram atribuídas;
- Escolher cuidadosamente a área onde deseja atuar, conforme seus interesses, objetivos e habilidades pessoais, garantindo um bom trabalho;
- Ser responsável no cumprimento dos compromissos assumidos como voluntário;
- Só se comprometer com o que de fato puder fazer;
- Respeitar as pessoas com as quais trabalha;
- Aproveitar os treinamentos oferecidos, através de uma atitude aberta e flexível;
- Trabalhar de forma integrada e coordenada com a entidade onde presta serviço;
- Manter em segredo alguns assuntos que, porventura, não possam ser comentados livremente;
- Acolher de forma receptiva a coordenação e a supervisão de seu trabalho;
- Tentar resolver imprevistos, além de informá-los aos responsáveis.

O trabalho voluntário existe no Brasil há muito tempo, os fatores que motivaram o nascimento do voluntariado foram a Igreja e a Guerra. No ano de 1543, na Casa de Misericórdia da Vila de Santos, capitania de São Vicente, já ofereciam serviços voluntários, por meio de ações conduzidas, sobretudo pela Igreja, nas quais cidadãos ajudavam os mais humildes sem pedir nada em troca (CARLI, A. F. de;

ANTONELLO, O. B., 2017). A finalidade era a busca de uma sociedade democrática, na qual as igrejas beneficiavam-se dos serviços filantrópicos, assim como a Legião Brasileira de Assistência a partir de 1942. Nessa época, o serviço voluntário era entendido como algo relacionado a trabalhos religiosos, em sua maioria desenvolvidos na área da saúde e por pessoas que não tinham nenhuma outra atividade profissional, isto é, serviços oferecidos por solidariedade (CARLI, A. F. de; ANTONELLO, O. B., 2017).

Algumas datas e fatos importantes da história do voluntariado no Brasil (SESC, 2007, p. 8):

- 1543 - Fundada, na Vila de Santos, a Santa Casa de Misericórdia;
- 1908 - A Cruz Vermelha chega ao Brasil;
- 1910 - O Escotismo se estabelece no país, com o objetivo de “ajudar o próximo em toda e qualquer ocasião”;
- 1935 - É promulgada a Lei de Utilidade Pública, para regular a colaboração do Estado com as instituições filantrópicas;
- 1942 - Getúlio Vargas funda a Legião Brasileira de Assistência. A primeira-dama, Darci Vargas, foi a primeira presidente;
- 1961 - Surge a Apae – Associação de Pais e Amigos de Excepcionais;
- 1967 - O governo cria o Projeto Rondon, que leva universitários brasileiros para dar assistência a comunidades carentes no interior do país;
- 1983 - É criada a Pastoral da Criança, para combater a mortalidade infantil;
- 1990 - A iniciativa voluntária começa a buscar parcerias com a classe empresarial;
- 1993 - Betinho cria a Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida, que organiza a sociedade para combater a fome;
- 1995 - Fernando Henrique Cardoso cria o Comunidade Solidária, para tentar se adequar às exigências do moderno voluntariado. Ruth Cardoso assume a presidência;
- 1997 - São Criados os Centros de Voluntariado no país;
- 1998 - É promulgada a Lei 9.608, que dispõe sobre as condições do serviço voluntário;
- 1999 - É promulgada a Lei 9.790, que qualifica as organizações da sociedade civil de direito público e disciplina o termo de parcerias;
- 2001 - Ano Internacional do Voluntário / Comitê Nacional;
- 2003 - O Programa Fome Zero é criado pelo governo federal; Lula, como presidente, convida toda a sociedade a se mobilizar contra a fome

Portanto, sem a finalidade de mudar a realidade, o voluntariado antigamente era direcionado ao assistencialismo, para amparar os mais carentes pelo meio de doações, só a partir dos anos de 1990, esta definição foi trocada pelo voluntariado semelhante aos dias atuais, com o objetivo de um desenvolvimento social (CARLI, A. F. de; ANTONELLO, O. B., 2017).

“O voluntariado nasce do encontro da solidariedade com a cidadania e é o meio pelo qual as pessoas demonstram sua capacidade de assumirem

responsabilidades e de agirem por si mesmas, visando o bem-estar social” (SESC, 2007, p. 9).

A partir da história de vida e dos desejos de cada indivíduo, são o que os induzem a realizarem ações voluntárias. Para adquirir experiência profissional, compreender a vida, conhecer qual sua real função na comunidade, as dificuldades e anseios do ser humano, entre tantos outros. O trabalho voluntário ressurgiu com o crescimento dos problemas sociais e da população, além da crise mundial, onde a assistência do poder público não acolhe a todos os cidadãos necessitados. Nasceu como uma construção social e humanitária, através de ações de grupos voluntários formados nas comunidades e empresas particulares. Há alguns valores básicos do voluntariado que dão importância à ação voluntária e o caracterizam, como: solidariedade, respeito, igualdade, direitos e ética (SESC, 2007).

Podemos afirmar que existe diferença entre trabalho voluntário e assistencialismo. Segundo o Programa Nacional de Voluntariado (2019):

O voluntário é aquele que, devido a seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de promoção de bem estar social, ou outros campos demandados pela própria sociedade (PNV, 2019, p.4).

Já a Fundação Educar (2019), acredita que a contribuição individual do voluntário é essencial para mudar uma realidade que não o satisfaz. Estando disposto a oferecer seu conhecimento, sua experiência e seu tempo a uma causa que irá beneficiar a comunidade onde vive.

De acordo com o CRESS-MG (2019) o “Assistencialismo é a forma de oferta de um serviço por meio de uma doação, favor, boa vontade ou interesse de alguém e não como um direito”. O trabalho voluntário é constante, procurando diminuir os problemas sociais das comunidades através de ações, logo o assistencialismo é definido pela assistência oferecida de maneira curta e sem a finalidade de pôr um fim nas desigualdades, estando vinculado a doação material. Já voluntariado é uma doação de trabalho, tempo e sentimentos de cidadania (CARLI, A. F. de; ANTONELLO, O. B., 2017).

A ação voluntária não substitui a ação do Estado, sendo um trabalho somente para complementar. Tanto as políticas públicas e suas intervenções são fundamentais para o desenvolvimento social do país. Com o trabalho voluntário a

sociedade atua por si mesma, adquirindo consciência, compreendendo e cobrando as ações que são de obrigação do governo (SESC, 2007).

Segundo o Conselho Nacional de Serviço Social, “Não há dúvida que o projeto de mobilização do “voluntariado” é parte estratégica neoliberal de desresponsabilização do Estado no atendimento as necessidades e direitos sociais das grandes maiorias” (CFESS, 2012 p. 68). Indo contra a luta pela preservação, realização e ampliação dos direitos sociais, desqualificando e desprofissionalizando no trato das expressões da questão social, passando as diversas áreas profissionais a sofrer com a concorrência do trabalho gratuito, entende-se assim, que o assistente social está a fazer assistencialismo, doando seu trabalho, o que vai contra sua atuação, já que o profissional trabalha justamente no esclarecimento à população de seus direitos sociais e os meios de acessá-los se qualificando para tal. Porém, a questão em si, não é o julgamento da atuação do profissional e sim sua experiência dentro da Instituição Peito Aberto, sendo que o atendimento aos pacientes está voltado a seus direitos, e que são cobrados sim, pelo menos parte deles pelo Estado. A Instituição orienta e encaminha seus pacientes na garantia desses direitos, através do Assistente social e de outros profissionais voluntários, não caracterizando como assistencialismo.

O/A assistente social é o/a profissional com graduação em Serviço Social (em curso reconhecido pelo MEC) e registro no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) do estado em que trabalha. Este/a profissional pode atuar em diversos espaços, nos processos de elaboração, formulação, execução e avaliação de políticas sociais, principalmente em órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Presta orientação a indivíduos, grupos e famílias e realiza estudos sociais com vistas ao acesso a bens e serviços públicos. Planeja, organiza e administra benefícios sociais, assessora órgãos, empresas e movimentos sociais. Atua na docência e realiza pesquisas e investigações científicas. Elabora pareceres sociais, laudos, projetos e relatórios. Sua intervenção inclui ainda a gestão e direção em organismos públicos e privados (CFESS-MG, 2019).

O assistente social procura usar esse processo de atuação, todo ou parte dele, na medida das possibilidades para fazer seu atendimento aos pacientes dentro da Instituição.

6 RELATO DE VIVÊNCIA NO INSTITUTO PEITO ABERTO

O mundo atual constitui-se de uma sociedade maléfica, na qual o padrão de beleza ideal é ter corpos magros, atléticos, cabelos lisos, características fora da realidade. Para acentuar esse perfil de beleza, a indústria do consumo induz as mulheres a comprar produtos cada vez mais, com o objetivo de ficarem bonitas.

Contrariando esse padrão, o assistente social, por trabalhar e conviver com a diferença, respeita as escolhas dos indivíduos como, por exemplo, a decisão de alguém com câncer em cortar o cabelo completamente, antes que comecem a cair durante o tratamento. Tal ato de “cortar” representa romper com a sociedade, de fazer valer o seu direito de ser diferente, de exigir respeito, mesmo sendo rejeitado pela sociedade.

O cabelo para maioria das mulheres está relacionado com a vaidade, reflete diretamente na autoestima, na autoconfiança e até no humor, sendo uma das primeiras coisas a ser visto quando olhamos para o rosto de alguém. Demostram sensualidade, revelam a personalidade e criam identidade.

O primeiro contato com o Instituto foi por meio de uma palestra realizada pela equipe de voluntários do Instituto no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), local aonde eu realizava estágio. Ao entrar em contato com o Instituto para doação do meu cabelo, o mesmo precisava de um profissional do Serviço Social para atuar, sendo assim demonstrei interesse pelo trabalho voluntariado.

Um dos primeiros atos marcantes a apresentar nesse relato de vivência foi a minha atitude de doar meus cabelos, após 12 anos sem cortá-los. Eles foram doados para a confecção de perucas pelas voluntárias do Instituto. Foi um retorno a mim mesma, de libertação por saber que estava contribuindo para uma boa causa. A formação em Serviço Social ajudou-me para enfrentar esses medos e dificuldades.

A atuação do profissional anterior no Instituto Peito Aberto, iniciou-se no ano de 2017, porém a experiência a ser relatada como assistente social voluntária será de agosto de 2018 até o presente momento. As atividades voluntárias do assistente social desenvolvidas no Instituto foram instruídas por uma das responsáveis, pois não foi possível contato com o profissional anterior. Atualmente, o atendimento é realizado uma vez por semana, às quartas-feiras, iniciando com o primeiro acolhimento do indivíduo, ouvindo as necessidades, realizando o preenchimento da ficha cadastral e o encaminhamento aos serviços e benefícios disponíveis. São atendidos de dois a três pacientes no dia, com uma média de uma hora de atendimento para cada indivíduo.

Foi a partir desse procedimento de assistência que se percebeu que os pacientes precisavam de algo a mais, além do atendimento profissional, a compreensão, o ato de ouvir o outro, a empatia. O paciente sente a necessidade não só de contar sobre sua doença, mas de sua história de vida. Nesse momento, percebemos o quanto somos egoístas, impacientes, arrogantes, individualistas, preconceituosos em relação ao outro. As histórias dos pacientes são cheias de sofrimento e é impossível não se sensibilizar com a dor emocional e física do próximo.

Esse trabalho voluntário no Instituto era para ser apenas uma experiência profissional e passou a ter outro significado. Alguns questionamentos e inquietações levaram-me a refletir sobre o que eu poderia fazer enquanto profissional, além do acolhimento e encaminhamento, e, qual a contribuição eu poderia trazer para o Instituto enquanto assistente social voluntária. Perguntas que ecoavam em minha mente, buscando respostas para as desigualdades e as crueldades impostas por esse mundo.

A experiência como voluntária permitiu a partir dessas vivências semanais no Instituto construir uma visão de mundo mais aberta, com um olhar diferenciado para os problemas sociais, com a aceitação da diversidade, mais autoconfiança, responsabilidade, liderança e iniciativa. Valores e saberes construídos dentro do Instituto e aplicados fora, na minha vida pessoal, na vivência com o cotidiano. Enfrentando os problemas com mais paciência, compreensão, ouvindo mais e pensando antes de agir. A rede contatos sociais ampliou, aumentando minha força de transformação, com novos princípios, saberes e conhecimentos para sugerir melhorias no espaço de atuação no Instituto e rever as atividades desenvolvidas.

As pacientes são a essência desse Instituto, reconhecendo-as, valorizando-as, em todo o processo de chegada no Instituto à cura e ao retorno delas com um sentimento enorme de gratidão e o desejo de atuarem como voluntárias. Todas se fortalecem ajudando umas as outras. São elas, as ex-pacientes, que conseguem no primeiro momento da chegada de uma nova paciente, passar tranquilidade, esperança e conforto a essas mulheres, relatando numa longa conversa as superações delas mesmas. Logo após essa conversa com uma das voluntárias é transmitido ao assistente social algumas informações sobre a paciente, as quais são de extrema importância para se fazer um melhor encaminhamento.

Há muito mais para contribuir dentro do Instituto como, por exemplo, o acompanhamento e as orientações às famílias das pacientes, diferenciação de cadastramento para alguns benefícios, retorno dos atendimentos oferecidos, entre outras observações que surgiram durante o relato das histórias de vida das pacientes. Essas observações ainda não foram desenvolvidas e poderiam acrescentar novos dados ao Instituto. O Instituto está aberto a novas ideias e sugestões permitindo ao assistente social atuar com liberdade e apoiando na execução das propostas.

O voluntariado é muito mais que uma doação de tempo, é conseguir ver o lado do outro, fazer amizades, compartilhar experiências, é ser humano e fazer um “atendimento humanizado”. É acreditar que o paciente não é só um paciente, é o amor de alguém, a mãe de alguém, o filho de alguém, e o amigo de alguém. É ter responsabilidade para cuidar e fazer tudo pelo amor da vida de alguém. É sonhar com uma sociedade mais justa e igualitária.

A experiência como assistente social voluntária no Instituto Peito Aberto mostrou que não podemos ficar de “braços cruzados” e esperar as ações do Estado. Ensinou-me que não conseguiremos resolver todo os problemas sociais, mas podemos minimiza-los, procurando soluções alternativas, orientando os indivíduos sobre os seus direitos e contribuindo com o próximo. Que a vida é o nosso maior patrimônio e valorizá-la nos torna pessoas mais humanas.

7 SAÚDE COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Para se compreender a saúde como expressão da questão social é fundamental primeiro compreender o conceito de questão social. A questão social por muito tempo esteve ligada a problemas ou ameaças de alguns sujeitos à ordem social. Na segunda metade do século XIX, foi reconhecida a partir da manifestação da classe operária, com a luta pelos seus direitos relacionados ao trabalho e com a aprovação desses mesmos direitos pelo Estado. Isto é, a questão social pode ser entendida como o conjunto das expressões que definem as desigualdades e lutas sociais (CFESS, 2009).

A questão social, se deu por meio de uma sociedade marcada pela escravidão na Primeira República, desenvolvendo o trabalho capitalista, onde a força de trabalho torna-se mercadoria e por muito tempo esteve relacionada à

intimidação de alguns indivíduos as normas. Nesse contexto, o jeito como se estabelece mundialmente a produção, demonstra ao longo da história a exploração do homem pelo homem e as relações sociais sendo estabelecidas pelo escravismo, feudalismo e por fim pelo capitalismo.

A burguesia se sente ameaçada perante as lutas dos trabalhadores em função da exploração que são obrigados. “(...) ameaça a seus mais sagrados valores, “a moral, a religião e a ordem pública” (IAMAMOTO, 2009, p.126). Sendo necessário o controle social da exploração da força de trabalho. Surgem os movimentos sociais obrigando o Estado a se pôr e reconhecer que é essencial políticas para tal questão social e assim as leis sociais nascem da força dos trabalhadores pelo reconhecimento de sua cidadania. “A lógica do capital não é a de que todos ganhem, ao contrário, é preciso que muitos percam para que alguns ganhem” (CFESS, 2009, p. 287). Essa vinculação entre a fase de acumulação de capital e a de exploração do trabalho é fundamental para se entender a desigualdade no mundo.

De acordo com CFESS (2009, p.321):

A questão social, nessa perspectiva, é expressão das contradições inerentes ao capitalismo que, ao constituir o trabalho vivo como única fonte de valor, e, ao mesmo tempo, reduzi-lo progressivamente em decorrência da elevação da composição orgânica do capital - o que implica num predomínio do trabalho morto (capital constante) sobre o trabalho vivo (capital variável) – promove a expansão do exército industrial de reserva (ou superpopulação relativa) em larga escala.

A partir do momento que o capitalismo vai se fortalecendo e as mudanças do mercado e do processo de produção aparecem, o Estado para cumprir sua função, precisa de estratégias para agradar tanto a burguesia quanto os trabalhadores, já que a luta dos mesmos se tornou direitos e a desigualdade ficou evidente, assim propôs algumas políticas públicas para satisfazer o trabalhador (CFESS, 2009).

O reconhecimento do profissional assistente social se deu, a partir da emergência dessa classe operaria e sua entrada no campo político, na luta em benefício dos direitos referentes ao trabalho, além da busca pelo reconhecimento desses direitos pelos poderes vigentes, em especial pelo Estado. O assistente social tem na questão social o elemento central da relação profissional e da realidade, sendo convocados a intervir nas relações sociais diárias, tendo em vista a expansão e materialização da cidadania na garantia dos direitos sociais, civis e políticos, isto é,

garantir direitos básicos aos menos privilegiados socialmente, que inclui os trabalhadores, mulheres, crianças, adolescentes, idosos, negros, portadores de necessidades especiais e homossexuais (CFESS, 2009).

Segundo CFESS (2009, p. 246):

O projeto pedagógico que a profissão vem construindo para a formação de seus quadros, cujo marco é o currículo/82, seguido das atuais diretrizes curriculares, vincula-se a uma concepção de educação e de sociedade referenciada na “construção de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero” o que “supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação”, princípios balizadores do código de ética do assistente social.

O profissional trabalha para que se elimine toda forma abuso, injustiça e indiferença com o cidadão.

No Brasil, a Constituição no capítulo da Seguridade Social (artigos 194 a 204), dentro da Ordem Social, compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos da sociedade, garantindo a população à saúde, à previdência social e à assistência social. Na prática profissional do Serviço Social é fundamental entender os interesses das classes sociais, compreendendo como funcionam as relações de poder em cada sociedade e que, por trás das relações de troca no mercado existem relações de exploração. Além das dimensões do trabalho do assistente social, o Serviço Social participa tanto do processo de reprodução dos interesses do capital, quanto às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho. Portanto os assistentes sociais trabalham com as mais diferentes expressões da questão social, explicando à população seus direitos sociais e os meios de ter acesso aos mesmos, sendo a saúde uma delas (CFESS, 2009).

A saúde tem como fatores decisivos, conforme a lei 8080/90, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, entre outras causas, que representam a organização social e econômica do nosso país. A condição social de um indivíduo estabelece por exemplo, o ambiente de trabalho e de saúde, por tanto para se estar bem e saudável, dependemos de um conjunto de ações e atendimentos para nosso avanço, que também esta na lei, a saúde como direito de todos e dever do Estado, além do acesso universal e igualitário as ações e serviços para promoção, proteção e recuperação ao cidadão. Segundo a Constituição da Organização Mundial da Saúde define saúde como, "um estado de

completo bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doença ou enfermidade".

Desde o início da década de 1990, o Brasil passou a adotar a prescrição neoliberal, iniciando a entrada da economia numa ordem globalizada, com a privatização do Estado e a diminuição dos gastos sociais. Modificando as relações entre o Estado e sociedade, capital e trabalho. O Estado perdeu o seu desempenho de incentivador do desenvolvimento econômico e social, passando a ser um administrador do capital por meio da estabilização do mercado. A atuação do Estado no plano social teve uma diminuição afetando as políticas sociais, passando uma significativa quantia de serviços sociais para a sociedade civil, tirando assim a responsabilidade do Estado e do Capital com as respostas a questão social. Neste sentido, surge a expressão de "terceiro setor", enquanto ambiente localizado ao lado do Estado e Mercado, incluindo as entidades como, fundações empresariais, instituições filantrópicas, ONGs e atividades do voluntariado. Terceiro setor é o nome dado ao conjunto de entidades sem fins lucrativos, de direito privado, regidas pelo Código Civil e que realizam atividades em prol do bem comum, auxiliando o Estado na solução de problemas sociais, um deles, a saúde (CFESS, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Instituto Peito Aberto surge com o objetivo de desempenhar para a sociedade uma função inconfundível: transformar dor em amor ao próximo, indo além de um trabalho social e voluntário, afim de complementar um espaço deixado pelo poder público. A princípio, a vivência como assistente social voluntária teve a intenção de ser uma experiência profissional, enquanto não se ingressa no trabalho formal.

O trabalho voluntário no Instituto foi muito além de um simples acolhimento, preenchimento de ficha cadastral e encaminhamentos, percebeu-se com o passar do tempo que o relato das histórias de vida das pacientes demandava outras necessidades. Transformar o atendimento de forma mais humanizada e particularizada, com mais atenção, com mais paciência e compreensão.

Desenvolver melhor qualidade dos serviços prestados contribuiu para o aprendizado, saber ouvir e dialogar com as pacientes, possibilitou o refletir sobre o sentido da vida. Com as histórias das pacientes entendemos que algumas pessoas

só percebem que são banais e superficiais quando se deparam com o sofrimento, próprio, ou de alguém próximo. É triste que algumas pessoas só desenvolvem a consciência de amor ao próximo quando desenvolvem uma doença.

O câncer de mama transforma o físico e mental das mulheres. Cada uma com suas crenças, condição social, algumas vão ao Instituto a procura de seus direitos e necessidades relacionadas a doença, e, outras somente a procura de uma palavra de alento. As mulheres que buscam ajuda no Instituto tem necessidade de falar sobre o seu físico, a perda dos cabelos, a mutilação da mama, o peso, o seu mental, o medo, a angustia, a ansiedade, a raiva, a tristeza e algumas sobre a falta de apoio da família.

Não há como fechar os olhos diante de tanto sofrimento. Independente de nossa formação profissional, somos acima de tudo seres humanos, e não tem como ignorarmos a existência do nosso semelhante como se fossemos imortal. O voluntariado contribui não só para quem recebe, mas também para aquele que doa parte do seu tempo. Por menor que seja a ação, é possível mudar a realidade social ao diminuir as diferenças e tornando as oportunidades iguais para todos.

REFERÊNCIAS

A mulher e o câncer de mama no Brasil. **Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva, Coordenação Geral de Prevenção e Vigilância, Divisão de Detecção Precoce e Apoio à Organização de Rede**. Rio de Janeiro: INCA, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11664.htm>. Acesso 07 de junho 2019.

BRASIL. Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2011-2014/2012/Lei/L12732.htm>. Acesso 07 de junho de 2019.

BRASIL. Lei nº 12.802, de 25 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2013/Lei/L12802.htm>. Acesso 07 de junho 2019.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso 10 de abril 2019.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L8742.htm>. Acesso 07 de junho 2019.

BRASIL. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm>. Acesso 01 de abril 2019.

BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm>. Acesso 12 de abril 2019.

Câncer de mama: é preciso falar disso. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Rio de Janeiro: INCA, 2014.

CARLI, A. F. de; ANTONELLO, O. B. Trabalho voluntário: uma conduta altruísta. RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 173-193, jun. 2017.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em questão.** Brasília, 2012.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde.** Brasília, 2010.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.** Brasília, 2011.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília, 2009.

CFESS-MG. Conselho Federal de Serviço Social <<https://cress-ms.org.br/noticia/servico-social-assistencia-social-assistente-social-voce-sabe-a-diferenca/183>> 28 de abril de 2019.

Estatuto Social do Instituto Peito Aberto de 06 de junho de 2014. Fundação Educar DPaschoal <[http://livro.educardpaschoal.org.br/upload/NossosLivros/70_facaparte\(1\).pdf](http://livro.educardpaschoal.org.br/upload/NossosLivros/70_facaparte(1).pdf)> 29 de abril 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 29. Ed. São Paulo, Cortez, 2009.

Instituto Peito Aberto. Disponível em: <<https://peitoaberto.org.br/>>. Acesso 01 de abril 2019.

Manual do voluntario: Mesa Brasil SESC/ Cláudia Márcia Santos Barros (coordenação). - Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 2007. Nações Unidas Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/vagas/voluntariado/>>. Acesso 21 de abril 2019.

Viva Brasil. Programa Nacional do Voluntariado
<<http://www4.planalto.gov.br/vivavoluntario/arquivos/programa-nacional-de-voluntariado.pdf>> 29 de abril 2019.